

Reis,
Jeferson
EPB

**Instituto Português Educação e
Investigação Pedagógica
Colégio As Descobertas**

Anexo ao Balanço

31 de dezembro de 2023

*Reis
Deloane
MPL*

Indice

Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Anexo	5
1. Identificação da Entidade	5
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	5
3. Principais Políticas Contabilísticas	5
3.1. Bases de Apresentação	5
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	9
5. Activos Fixos Tangíveis	10
6. Custos de Empréstimos Obtidos	10
7. Réido	11
8. Subsídios do Governo e apoios do Governo	12
9. Imposto sobre o Rendimento	12
10. Benefícios dos empregados	13
11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	13
12. Outras Informações	13
12.1. Clientes e Utentes	14
12.2. Outras contas a receber	14
12.3 Diferimentos	14
12.4. Caixa e Depósitos Bancários	15
12.5. Fundos Patrimoniais	15
12.6. Fornecedores	15
12.7. Estado e Outros Entes Públicos	16
12.8. Outras Contas a Pagar	16
12.9. Fornecimentos e serviços externos	17
12.10. Resultados Financeiros	17
12.11. Acontecimentos após data de Balanço	18

Balanc

*Reis
Júlio
SBR*

Entidade: Instituto Português e Investigação Pedagógica

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

EURO

RUBRICAS	DATAS	
	31/12/2023	31/12/2022
ACTIVO		
Activo não corrente		
Activos fixos tangíveis	386 450,95	419 481,01
Activos intangíveis	3 276,93	4 127,24
Investimentos Financeiros	389 727,88	423 608,25
Activo corrente		
Clientes	10 697,38	11 412,03
Estado e outros entes públicos	111,92	662,83
Outras contas a receber	228 083,94	184 597,63
Diferimentos	1 076,51	1 578,82
Caixa e depósitos bancários	12 631,80	52 694,51
Total do activo	252 601,55	250 945,82
	642 329,43	674 554,07
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos Patrimoniais		
Fundos		
Resultados transitados	6 860,01	56 739,20
Outras Variações fundos Patrimoniais	18 449,44	38 967,40
Resultado líquido do período	11 589,43	95 706,60
	- 18 560,50	- 63 599,21
Total do capital próprio	- 6 971,07	32 107,39
Passivo		
Passivo não corrente		
Financiamentos obtidos	318 934,86	349 441,78
	318 934,86	349 441,78
Passivo corrente		
Fornecedores	1 400,06	2 377,66
Estado e outros entes públicos	15 969,80	12 000,42
Financiamentos obtidos	31 341,24	33 075,60
Outras contas a pagar	58 897,24	61 983,57
Diferimentos	222 757,30	183 567,65
Total do passivo	330 365,64	293 004,90
Total do capital próprio e do passivo	649 300,50	642 446,68
	642 329,43	674 554,07

Presidente Conselho Fiscal

Contabilista Certificado

Demonstração de resultados por naturezas

Entidade: Instituto Português e Investigação Pedagógica

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

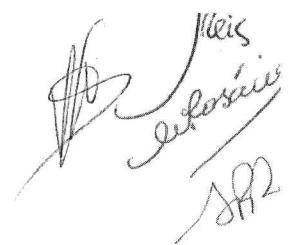
EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2023	2022
Vendas e serviços prestados	536 833,83	440 930,01
Subsídios à exploração	66 408,93	71 263,60
Variação nos inventários da produção		
Trabalhos para a própria entidade		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	50 839,74	34 936,51
Fornecimentos e serviços externos	114 646,72	127 498,19
Gastos com o pessoal	426 977,61	381 788,40
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		
Provisões (aumentos/reduções)		
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		
Aumentos/reduções de justo valor		
Outros rendimentos e ganhos	24 867,70	24 689,32
Outros gastos e perdas	1 227,47	12 011,78
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		34 418,92
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	33 030,06	33 864,22
Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 388,86
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados	19 878,17	10 382,39
Resultado antes de impostos		18 489,31
Imposto sobre o rendimento do período	71,19	0,65
Resultado líquido do período		18 560,50
		63 599,21

Presidente do Conselho Fiscal

Contabilista Certificado

Anexo



1. Identificação da Entidade

O Instituto Português Educação e Investigação Pedagógica é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social com registo n.º 28/2009, averbamento n.º 1, livro 12 das associações, folhas 119 e 119 verso, sito na Avenida Dom Vasco da Gama, n.º 25, 1400-127 Lisboa.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

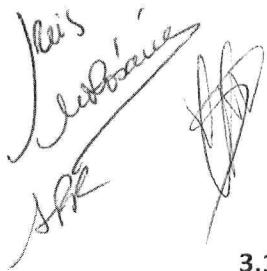
- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)



3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras.

HP *Neis*
Selosais *JF*

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o princípio da continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.1.7. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se

*nes
de
SPT*

encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.1.8. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Clientes e outras contas a Receber

Os “*Clientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.1.9. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.



3.1.10. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

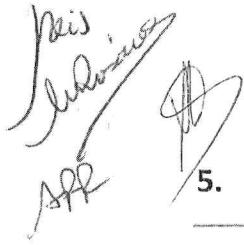
3.1.11. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2019 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.



 Pés
 Adm.
 SPP

5. Ativos Fixos Tangíveis

Movimentos	Terrenos/Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Saldo inicial:						
Valor de aquisição	663 473,41	12 854,41	10 000,00	11 100,42	31 383,04	728 811,28
Depreciação acumulada	- 257 089,65	- 10 548,16	- 10 000,00	- 11 100,42	- 20 592,04	- 309 330,27
Imparidade acumulada						-
Valor líquido inicial	406 383,76	2 306,25	-	-	10 791,00	419 481,01
Movimentos do ano:						
Aquisições						-
Alienações						-
Transferências						-
Depreciação do exercício	- 30 886,50	- 307,56			- 1 836,00	- 33 030,06
Imparidade do exercício						-
Total de movimentos	- 30 886,50	- 307,56	-	-	- 1 836,00	- 33 030,06
Saldo final:						
Valor de aquisição	663 473,41	12 854,41	10 000,00	11 100,42	31 383,04	728 811,28
Depreciação acumulada	- 287 976,15	- 10 855,72	- 10 000,00	- 11 100,42	- 22 428,04	- 342 360,33
Imparidade acumulada						-
Valor líquido final	375 497,26	1 998,69	-	-	8 955,00	386 450,95

6. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Tipo de financiamento obtido	Passivo não corrente	Passivo corrente	Total
Empréstimos bancários	318 934,86	31 341,24	350 276,10
	318 934,86	31 341,24	350 276,10
	0	0	0
	0	0	0
	318 934,86	31 341,24	350 276,10

7. Rérito

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réritos:

Natureza	2023	2022
Prestações de serviços:		
Serviços	536 833,83	440 930,01
Descontos e abatimentos		
Total de prestações de serviços	536 833,83	440 930,01
Subsídios à Exploração:		
Subsídios de Entidades Públicas	40 000,00	59 516,00
Subsídios de Outras Entidades	26 408,93	11 747,60
Total de prestações de serviços	66 408,93	71 263,60
Outros rendimentos e ganhos:		
Outros	24 867,70	24 275,55
Total de outros rendimentos e ganhos	24 867,70	24 275,55
Juros, dividendos e outros rendimentos:		
Juros obtidos	-	413,77
Total de Juros, dividendos e outros rendimentos	-	413,77

Jais
Sobral
JSS

8. Subsídios de Entidades Públicas e outras Entidades

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de Subsídios de Entidades Públicas e outras Entidades:

Natureza	2023	2022
Subsídios das Entidades Públicas:		
Iapmei-Compensação às Empresas		896,00
IEFP		18 620,00
Projeto-À descoberta (Municipio de Lisboa)	40 000,00	40 000,00
Total de Subsídios das Entidades Públicas	40 000,00	59 516,00
Subsídios de Outras Entidades:		
Consignação 0,5% IRS	2 074,78	2 491,47
Benefício de 15% IVA Suportado	496,33	473,88
Outros donativos	23 837,82	8 782,25
Total de Subsídios de Outras Entidades:	26 408,93	11 747,60

9. Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,65€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	2023	2022
IRC Liquidado		
Tributações autónomas	71,19	0,65

10. Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2023 foi de 25 e em 31/12/2022 foi de 25.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Natureza	2023	2022
Remunerações do pessoal	344247,91	305772,31
Indemnizações	1769,53	1956,41
Encargos sobre remunerações	76273,57	68278,78
Seguro de acidentes de trabalho	4561,12	2517,28
Outros gastos com o pessoal	125,48	3263,62
Total	426977,61	381788,4

11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2023 e 2022 a rubrica “*Clientes*” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Natureza	2023	2022
Clientes e utentes conta corrente:		
Clientes Gerais	644,00	118,00
Utentes	10 053,38	9 816,64
Total bruto	10 697,38	9 934,64
Adiantamento de clientes		
Total líquido	10 697,38	11 412,03

12.2. Outras contas a receber

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a seguinte decomposição:

Natureza	2023	2022
Adiantamentos ao pessoal	2 251,54	1 029,98
Adiantamentos a Fornecedores de Investimento	3 075,10	3 749,14
Devedores por acréscimos de rendimentos		
	5 326,64	4 779,12
Outros devedores	222 757,30	183 567,65
	222 757,30	183 567,65
Perdas por imparidade acumuladas		
Total líquido	228 083,94	188 346,77

12.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Natureza	2023	2022
Gastos a reconhecer	-1076,51	- 1 578,82
	- 1 076,51	- 1 578,82
Rendimentos a reconhecer	222 757,30	183 567,65
	222 757,30	183 567,65
Total líquido	221 680,79	181 988,83



12.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

Natureza	2023	2022
Caixa	396,00	224,92
Depósitos à ordem	12 235,80	52 469,59
Depósitos a prazo	-	-
Total líquido	12 631,80	52 694,51

12.5. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Rubricas	Saldo inicial	Débito	Crédito	Saldo final
Fundos		-	-	-
Excedentes técnicos		-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Excedentes de revalorização				-
Resultados Transitados	56 739,20		- 63 599,21	- 6 860,01
Outras Variações nos fundos Patrimoniais	38 967,40	20 517,96		18 449,44
Total	95 706,60	20 517,96	- 63 599,21	11 589,43

12.6. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Natureza	2023	2022
Fornecedores conta corrente	1 400,06	2 377,66
Fornecedores – títulos a pagar		
Fornecedores – facturas em recepção e conferência		
Total líquido	1 400,06	2 377,66

12.7. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Natureza	2023	2022
Activo		
IRC	-	0,65
IVA	111,92	659,71
Outros Impostos e Taxas		3,77
Total líquido	111,92	662,83
Passivo		
IRC	71,19	-
IVA		
IRS	2 050,00	3 083,00
Segurança Social	13 848,61	8 781,70
Outros impostos e taxas		135,72
Total líquido	15 969,80	12 000,42

12.8. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Natureza	2023	2022
Pessoal		-
fornecedores de investimentos		
credores por acréscimos de gastos	58 897,24	62 003,32
	58 897,24	62 003,32
Outros credores		
	-	2 252,00
		2 252,00
Total líquido	58 897,24	64 255,32

12.9. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

Natureza	2023	2022
Subcontratos	22 452,82	45 535,30
Trabalhos Especializados	40 745,69	20 111,76
Publicidade	0,00	59,00
Vigilância e Segurança	1 206,95	1 540,86
Honorários	12 832,00	5 496,00
Conservação e Reparação	1 851,79	9 715,28
Ferramentas e Utensílios	4 342,58	4 961,53
Material escritório	2 757,92	2 113,69
Artigos para oferta	1 336,00	1 336,00
Eletricidade	5 753,50	4 013,59
Combustíveis	0,00	2 360,16
Água	2 006,77	1 029,81
Deslocações e estadas	507,47	307,95
Rendas e Alugueres	3 591,53	4 105,38
Comunicação	1 992,41	1 899,75
Seguros	1 853,20	1 962,20
Contencioso e Notariado	174,45	48,00
Limpeza e Higiene	4 710,26	5 749,04
Diversos	6 531,38	15 152,89
Total	114 646,72	127 498,19

12.10. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Natureza	2023	2022
Juros e gastos similares suportados:		
Juros suportados	19 878,17	11 044,97
Outros juros	-	662,58
	19 878,17	11 707,55
Juros e rendimentos similares suportados:		
Juros obtidos	-	413,77
Outros rendimentos	-	413,77

12.11. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Lisboa, 11 de março de 2024

José Nogueira Monteiro Reis de Brito
Maria do Rosário Belo Galado
Auditoria
W.W.B